

Usinas de açúcar na Mata Mineira: indústria rural e lutas operárias, de 1920 a 1990

*Nilcéa Moraleida Gomes**

Abstract

The great sugar cane based economy in Minas Gerais started in the late XIX century. At first based upon steam mills and afterwards developing to sugar cane industry. The afterwards transformations on this pattern allowed the creation of new forms of political domination, as well as working class struggles. This situation lasted for decades not only within the Zona da Mata region but in the country as a whole.

Word key: Sugar cane industry, Zona da Mata of Minas Gerais, working class struggles

Resumo

Trata-se de um estudo sobre o complexo açucareiro na zona da Mata mineira desde finais do século XIX, sua natureza fabril, as relações de dominação política e as lutas de trabalhadores rurais em torno dos direitos e de sua inserção na vida pública durante várias décadas, relacionando a experiência regional ao processo de modernização no país.

Palavras-chave: indústria do açúcar, zona da Mata mineira, lutas operárias

Este artigo resume alguns dos temas investigados numa tese de doutorado em História Social do Trabalho¹, cujo objeto central são as lutas de trabalhadores do açúcar e as relações políticas que vão se constituindo em alguns municípios mineiros, na zona da Mata, dominados por agroindústrias canavieiras desde os anos 20 deste século. As novas empresas inscrevem a fábrica moderna no meio

* Prof.^a do Departamento de Ciência Política da UFMG, socióloga, doutora em História pela UNICAMP.

¹ *"Tramas do Tempo: Cultura Popular e Política entre Trabalhadores Rurais"*. Campinas: Departamento de História, UNICAMP, Tese de doutorado, 1995.

rural como alternativa à decadência do café, na região composta por Visconde do Rio Branco e Ponte Nova, que permanece desde então como a principal área produtora de açúcar do estado, até os anos 60.

Trata-se de iniciativas que começaram a ser implementadas nas últimas décadas do século XIX, e que não se enquadravam mais no modelo do engenho de açúcar que caracterizou a economia açucareira desde os tempos coloniais, disseminado pelo Nordeste e região fluminense do país. É um outro projeto, baseado na máquina a vapor e na estrada de ferro interna às fazendas, cujas formas de organização da produção e do trabalho obedecerão a novos imperativos, no Sudeste do país, em resposta à conjuntura que emerge com o fim do trabalho escravo e a constituição do mercado interno. Difere da experiência nordestina em alguns aspectos, como o perfil dos novos empreendedores (em geral, fazendeiros que se associam a engenheiros ligados à expansão fabril e dos transportes) e pela presença, em certos casos, de capitais franceses que instalam-se na produção agro-industrial brasileira a partir de suas experiências em outras partes do mundo, com o incentivo de políticas públicas de crédito e colonização.

Por outro lado, inserem-se no curso dos grandes debates sobre a modernização da produção, tendo como defensores alguns políticos e polemistas destacados na época, como André Rebouças, Pedro Ramos Gordilho Paes Leme e João José Carneiro da Silva, inspirados pelas iniciativas vitoriosas de outros países e colônias americanas de nações européias. Estas iniciativas previam a combinação do engenho central a novas formas de articulação da produção canavieira, maquinaria moderna e trabalho livre. Ao longo de algumas décadas, caracterizadas por projetos governamentais fracassados e conflitos intra-elites nacionais, opõem-se os interesses paulistas e fluminenses e os do nordeste, na disputa pelo mercado interno em franca expansão. Finalmente, institui-se um novo formato de organização da produção e do mercado a partir dos anos 30 e 40, com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e a vigência do Estatuto da Lavoura Canavieira. É sob a ordenação estabelecida por estes mecanismos que a produção mineira de açúcar vai, definitivamente, expandir-se pela zona da Mata e outras regiões. Até então, o estado se caracterizara pela enorme rede de engenhos e engenhocas produtoras de aguardente, açúcar mascavo e rapadura para o consumo de sua numerosa população.

Esse modelo corporativo e de regulação dos mercados orientará toda a expansão da produção brasileira ao longo do século XX e

seu deslocamento em direção à hegemonia do Sudeste na produção açucareira. A Mata mineira, sob a influência das experiências que se faziam em Campos, no Rio de Janeiro, permanecerá como a área de maior produção no estado até os anos 60, quando outra forma de organização das usinas, impondo mudanças na produção, no perfil tecnológico e nas relações de trabalho, começará a se instalar, consolidando a hegemonia do modelo paulista da grande concentração agro-industrial. Outras estratégias passam a se desenvolver em áreas mais favoráveis à mecanização e às novas variedades de cana, no centro-sul do estado e no Triângulo, apesar das antigas usinas permanecerem entre as mais destacadas em Minas Gerais, conforme atestam os Censos Agrícolas do IBGE, de 1920 a 1985. O desmonte definitivo desta experiência, com a falência das usinas locais, ocorrerá a partir do governo Collor de Mello, no início dos anos 90, com a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool e seus mecanismos de regulação.

Além da história pouco conhecida e documentada desta produção fabril e agrícola, ao longo desse período podemos também visualizar, a certa altura dos anos 50, o surgimento de movimentos de natureza trabalhista entre os operários rurais, e discursos político-partidários sobre as novas condições das cidades, por parte do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de setores do Partido Republicano (PR) mineiro e do Partido Comunista do Brasil (PCB), que terão impacto político na região. Já nos anos 70, surgem em vários municípios matenses, movimentos de trabalhadores provenientes das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, igualmente voltados para a incorporação dessa população operária à vida pública local, confirmando a relação entre a experiência dessas regiões e as mudanças no país.

Dos engenhos centrais as usinas de açúcar: a fábrica em meio rural na virada do século e suas transformações posteriores

Entre o final do século XIX e a segunda década do século XX, instalaram-se em diferentes províncias brasileiras, engenhos centrais e em seguida usinas de açúcar, algumas de capital europeu, destinadas a produzir o açúcar em novas bases, tendo em vista o suprimento do mercado nacional em expansão. O engenho central constituía "...um sistema de produção baseado na divisão do trabalho entre a agricultura e a indústria, bem como numa separação da propriedade e do controle das lavouras e das usinas, sendo a forma

*predominante nos países produtores de açúcar de beterraba*². Diante do quadro de expansão dos mercados e da obsolescência da produção nacional, na década de 1870 essa alternativa passou a ser colocada em busca de maior racionalidade na produção. Esperava-se um uso mais eficiente dos fatores de produção, tanto do plantador que se dedicasse unicamente à agricultura, quanto dos donos de engenhos, que poderiam concentrar seu capital em novos investimentos industriais, tendo como efeito o barateamento do açúcar. Numa conjuntura de crise e decadência, os engenhos centrais assumiam o papel de "salvação da indústria açucareira", a partir de "aparinhos aperfeiçoados e poderosas máquinas"³, aptas a desencadear verdadeira revolução no sistema de trabalho. Nesse contexto, o capital estrangeiro beneficiava-se da lentidão da modernização da agroindústria nacional e tinha enorme interesse no rápido crescimento do mercado interno do país.

No entanto, não obstante os incentivos previstos em políticas nacionais e medidas dos governos provinciais, esses engenhos fracassaram em sua maioria, em virtude do caráter especulativo de muitos dos projetos beneficiados pela política de garantia de juros. Além disso, as centrais sempre enfrentaram problemas com o fornecimento regular de matéria prima a preços competitivos e com a resistência dos antigos proprietários, que assim perdiam o monopólio do conjunto da atividade produtiva, fundamento histórico de sua dominação, uma vez separada da atividade industrial⁴.

As usinas surgem então como alternativa, tornando-se proprietárias de canaviais e absorvendo plantações independentes, para o que recebiam empréstimos estatais e subsídios aos preços. Constituem, assim, estabelecimentos agro-industriais verticalmente integrados, conforme as conhecemos hoje, produzindo em extensas terras sua própria matéria prima. Nessas novas bases da produção incluíam-se a combinação dos avanços tecnológicos da época - a máquina a vapor e as ferrovias, em particular, e a necessidade de assegurar a força de trabalho livre destinada a substituir a mão de obra escrava. A introdução do maquinismo implicava criar um complexo produtivo que começava a unir, a partir do predomínio da fábrica, os espaços do campo e da cidade. No que se refere à força

² Missão de Inspeção do Sr. J. Picard, Engenheiro, de 1 de março a 15 de julho de 1903 - "Usinas Açucareiras de Piracicaba, Villa-Raffard, Porto Feliz, Lorena e Cupim". São Paulo: Hucitec/UNICAMP, 1996, p.IX.

³ EISENBERG, Peter - *Modernização sem Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.112-113.

⁴ WANDERLEY, Maria Nazareth B. - *Capital e Propriedade Fundiária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.42.

de trabalho, tratava-se de responder às exigências de número, disciplina e moralização adequados ao novo padrão de relações que a produção exigia.

Nas últimas décadas do século XIX, na zona da Mata mineira, em especial os municípios de Ponte Nova e Visconde do Rio Branco foram palco da tentativa de instalação de engenhos centrais e finalmente das primeiras usinas açucareiras do estado. COSTA FILHO relata as medidas votadas na Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais desde novembro de 1879, autorizando empréstimo ao engenheiro Joseph Lepech ou a outro pretendente, para o estabelecimento de um engenho central em Ubá, destinado ao fabrico de açúcar "...mediante o emprego de aparelhos e processos modernos mais aperfeiçoados", cujas cláusulas abrangiam os subsídios governamentais, a constituição do capital por ações, os processos técnicos recomendáveis no cultivo, a capacidade de produção dos engenhos, os preços e contratos entre a companhia, os plantadores e fornecedores de cana e até a proibição do emprego de escravos, em vista da escassez deste tipo de trabalho na província, naquele período.

Mas somente em 1882, durante o governo de Teófilo Otoni, é votado projeto que resulta na implantação efetiva de um engenho central, concedendo à Joaquim José de Campos Bittencourt ou à companhia que organizasse, dentro ou fora do país, a garantia de juros de 7% ao ano sobre o capital de 800 contos de réis, para fundação e tráfego de um engenho central de cana em qualquer dos municípios de Ubá, Presídio (hoje Visconde do Rio Branco), Muriaé, Carangola e Ponte Nova. O engenho foi montado com aparelhagem vinda de Campos e, após tentar desenvolvê-lo como empresa individual, Bittencourt entrou em sociedade com dois engenheiros da Estrada de Ferro Leopoldina e um terceiro indivíduo⁵. A nova Companhia Engenho Central Rio Branco, constituída em 1884, teve dificuldades de custeio, produção agrícola e rendimento industrial até que, em 1907, o engenho foi adquirido por banqueiros e industriais franceses do grupo Durocher, transformando-se em usina, tendência que se desenvolvia então no Brasil, já que as centrais açucareiras montadas sem a preexistência dos antigos engenhos de grande porte revelaram-se ineficientes.

A industrialização do açúcar em Minas ocorrerá conforme um padrão de inovações comum à vizinha região fluminense de Campos (com a qual fazia limite o município de Rio Branco) e a alguns

⁵ COSTA FILHO, Miguel - *A Cana-de-Açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1963, p.365.

municípios paulistas, como Piracicaba, Capivari, Porto Feliz, Lorena e Araraquara, mais adiante polarizadores do deslocamento do eixo central da produção açucareira nacional do nordeste do país para São Paulo. Em Minas Gerais, significou também uma profunda mudança nas características da produção açucareira regional, já que aqui predominava, desde o período colonial, o que PRADO JR. chamou de "*forma secundária da produção*", que, sendo significativa desde o século XVIII, caracterizava-se pelos pequenos engenhos e engenhocas, sem a presença da monocultura de exportação⁶. Nesse contexto, nossas centrais implicavam a montagem de estruturas inteiramente novas, a partir do legado econômico do café e da presença de proprietários rurais aos quais se juntaram engenheiros inovadores e capitais estrangeiros ligados às ferrovias e à industrialização européia.

Nacionalmente, instituía-se um novo padrão de produção, com profundas mudanças na ordenação espacial, na concentração da propriedade da terra e no predomínio do cultivo de cana própria pela usina e não por terceiros. Este novo sistema será responsável por inúmeras tensões e desigualdades em diferentes regiões do país, em virtude das quais será finalmente montado um sistema de regulação, em resposta às lutas intersetoriais e regionais de proprietários de engenho e usineiros, obedecendo às matrizes corporativistas que passarão a orientar a economia brasileira e o mundo do trabalho a partir dos anos 30-40. Em 09 de janeiro de 1936 edita-se a lei n.º 778, complementada pelo Estatuto da Lavoura Canavieira de 21 de novembro de 1941, decreto n.º 3.855, que visavam regulamentar o fornecimento de cana; as quotas de produção por usina em função de sua capacidade de produção; a definição do preço a ser pago aos fornecedores em relação com o rendimento industrial da cana fornecida e, finalmente, medidas de proteção aos produtores não proprietários, para garantir maior segurança nos contratos de arrendamento. A argumentação central da legislação, que mobilizava os produtores das regiões mais antigas e as frações mais débeis dos proprietários rurais e seus ideólogos na época, centrava-se no ataque ao modelo liberal, que conduziria ao processo de concentração da produção e das propriedades, e levaria fatalmente ao crescimento do proletariado e à possibilidade de revoluções extremistas no país⁷. Apelava-se aos benefícios da pequena propriedade, a partir

⁶ PRADO JR., Caio – *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1974.

⁷ LIMA SOBRINHO, Barbosa – *Problemas Econômicos e Sociais da Lavoura Canavieira. Exposição de Motivos e Texto do Estatuto da Lavoura Canavieira*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1941, p.80.

das preocupações políticas do momento, tentando frear a modernização burguesa e o contínuo processo de centralização da produção e concentração de capitais, que caracterizou a expansão açucareira ao longo do século XX, no país.

Se examinarmos a organização das usinas mais modernas e as relações de trabalho em vigor, através de relatórios e documentos das empresas ou publicações de seus órgãos de representação, podemos perceber uma ordenação espacial e da produção que vinculava o espaço rural e a indústria do açúcar, que organizava a moradia nas fazendas e o alojamento operário, que examinava e esquadrihava a produção, os níveis de remuneração, a situação das moradias, a escolarização da força de trabalho. O engenheiro de Artes e Manufaturas Picard, em missão de inspeção no Brasil, por exemplo, discute as condições do mercado nacional e a expansão do consumo, a produção e o suprimento de canas às usinas, o uso da força de trabalho assalariada em comparação à instituição do colonato em vigor, e a presença de fornecedores independentes. É o que caracteriza seu relatório, de 1903, enviado à sede parisiense das empresas estabelecidas em Piracicaba, Villa-Rafard (Cativari), Porto Feliz e Lorena, em São Paulo, e Cupim, em Campos, no Rio de Janeiro. Estas seis usinas açucareiras viriam a constituir, em 1907, a *Société de Sucreries Brésiliennes*, empresa líder na produção de açúcar e álcool do estado de São Paulo até os anos 40. Além da situação das fazendas, Picard também aborda o fabrico do açúcar e a destilação do álcool, extraindo conclusões comparativas acerca da lucratividade, reorganização e saneamento financeiro das diversas empresas.

Na zona da Mata, relatórios do gerente da usina enviados à matriz francesa da *Société Sucrière* de Visconde do Rio Branco demonstram, em 1931, a preocupação com a mesma lucratividade diante das baixas do mercado, avaliam o fraco rendimento das culturas e propõem melhoramentos nas terras empobrecidas e novos plantios, que deveriam incorporar medidas de seleção e novas variedades de cana, além de melhorias no transporte por estradas a serem abertas. Entre 1920 e 1931, as terras plantadas mais que dobraram, passando de 503 para 1.187 hectares, mas os rendimentos haviam caído quase à metade, enquanto crescia a produtividade industrial. Discutia-se a necessidade de alterar os processos de produção agrícola, mantendo-se inalterada a forma de organização do trabalho. Esta, por incorporar numerosa mão de obra, permitira manter a lucratividade com a baixa dos salários, numa conjuntura de crise devido à praga do mosaico, em 1925⁸.

⁸ Conforme Gerant de l'Usine. *Rapport. Exercice 1930-31*.

Já no relatório de 1941, o complexo canavieiro é minuciosamente descrito e as condições do trabalho refletem as preocupações corporativas da época. Num quadro sinóptico detalhado, as oito fazendas da Sociéte são descritas conforme suas colheitas, seu rendimento por hectare, o preço das canas, as toneladas obtidas em cada corte, as plantações previstas na safra seguinte, as matas de eucalipto e naturais, para alimentar as caldeiras, as pastagens, a maquinaria e os implementos usados, os animais de tração, o número de escolas primárias por fazenda, o número de casas (268, no total), alojamentos (375), habitantes (2.029), o número médio de empregados (1.003) e a distância entre a fazenda e a usina, em quilômetros. Como em outras regiões do país, a usina pretende implementar "programas de amparo aos trabalhadores", como a instituição de caixa de seguros para assistência médica aos empregados, a melhoria dos programas de moralização e adestramento escolar das crianças filhas de trabalhadores, a higienização das habitações cedidas aos trabalhadores⁹.

Examinando-se publicações do Instituto do Açúcar e do Alcool durante aquela década, sobressai o debate freqüente acerca dos níveis de nutrição e dispêndio de energia desejáveis para os trabalhadores mais produtivos, a partir dos conhecimentos da época sobre gastos calóricos e capacidade de trabalho dos seres humanos, aplicados às pesadas atividades do trabalhador da cana de açúcar. A revista *Brasil Açucareiro*, em número datado de junho de 1943, editava artigo sobre um inquérito em quase 1.000 famílias, em 9 usinas mineiras, sobre coeficientes e déficits calóricos, com o objetivo de criar relações novas e induzir comportamentos. O padrão de vida dos trabalhadores era examinado através de fichas que descreviam com minúcia as características do trabalhador e de sua família, as condições de habitação, alimentação, despesas gerais do núcleo familiar e o "ambiente", isto é, seu acesso ao consumo, à religião, ao transporte, à assistência médica e suas condições de higiene¹⁰.

Após intensa expansão e urbanização nos anos 40, com base nas condições de organização do trabalho e produção precedentes, as usinas sofrerão as conseqüências, ao final da década de 50, dos processos de transformação em curso no conjunto da economia canavieira nacional: intensificam-se mudanças que incidiam sobre as condições dos solos e a qualidade das canas plantadas, incorporando-se novas áreas no interior das fazendas ou fora delas. Assim,

⁹ Jean Rochebois (Sous-Directeur), *Rapport sur les Fermes*, 1941.

¹⁰ TORRES, Vasconcelos – "Padrão de vida do trabalhador rural". *Revista Brasil Açucareiro*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, junho de 1943.

nesta década, a produção brasileira de açúcar de usina terá um incremento de 1.302%, segundo SZMREZANYI¹¹, gerando pressões sobre os moradores nos canaviais do Nordeste e alterando finalmente as relações de trabalho vigentes, com a introdução de novas formas de cálculo da produtividade e definição de tarefas, em substituição às diárias em vigor. Surgem então, por todo o país, numerosas lutas de natureza trabalhista e agrária, redundando em greves em certas regiões e na organização das Ligas Camponesas, no Nordeste¹². Em 1954, registrou-se uma greve generalizada em Campos, assim como em Ponte Nova; em 1958, ocorre uma paralisação total das fazendas da usina de Rio Branco, em torno da alteração do registro em carteira dos canavieiros e da mudança nas formas de cálculo e pagamento.

A partir da década seguinte, sobretudo em virtude da instituição do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, as usinas iniciarão um processo massivo de expulsão de moradores e colonos de seus canaviais, procurando livrar-se das reivindicações trabalhistas que passam a ocorrer e em resposta às novas condições políticas e de produção que serão criadas após o golpe militar de 1964. As categorias de trabalhadores empregados nas regiões canavieiras tendem então à uma profunda mudança, passando a predominar os assalariados temporários e permanentes, multiplicando-se os mecanismos e pressões para a expulsão dos antigos moradores e colonos, que terão de transferir-se para as pontas de rua e periferias das cidades açucareiras. O novo patamar de expansão da cana de açúcar no Brasil e na região desta pesquisa obedecerá a fortes mudanças no perfil tecnológico da produção e nas relações de trabalho. A população urbana desses municípios cresce, ainda que predomine o emprego rural e a migração temporária na mesma região ou para fora dela; em Visconde do Rio Branco, as famílias de assalariados registram sempre a presença de membros que se deslocaram para o trabalho operário no setor siderúrgico de Volta Redonda, na construção civil ou na grande indústria do ABC paulista. Este processo de circulação da força de trabalho terá impacto, sobretudo, na transmissão de experiências políticas novas, principalmente do final dos anos 70 aos 90.

A partir das crise econômica posterior a 64, registra-se aumento de produção e da escala das usinas e concentração dos capi-

¹¹ SZMREZANYI, Tamás – *O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil (1930/75)*. Campinas, Hucitec/UNICAMP, 1979, p.26-28.

¹² MEDEIROS, Leonilde – *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), 1989, cap.1 e 2.

tais, com expansão da produção industrial. Mas o rendimento das lavouras só vai sofrer grandes alterações após os anos 70, com as novas condições criadas por programas estatais, como o PLANALÇUCAR (Programa Nacional de Melhoramento da Cana de Açúcar), voltado para a pesquisa agrônômica de variedades de cana e melhoramentos nas práticas culturais, com expansão do crédito e incentivo às exportações, às quais se somam os benefícios de crédito e mercados assegurados pelo Pró-Álcool. Em conseqüência, a área cultivada com cana multiplica-se quatro vezes num período de doze anos e a produtividade cresce 50%, entre os anos 60 e os 80. Além das inovações físico-químicas e biológicas, e das condições de extrema degradação do trabalho temporário, passam a ser introduzidas inovações mecânicas que alteram a fundo o volume de empregos e o processo de trabalho nos campos de cana, incidindo de formas variadas sobre as fases do preparo do solo, plantio da cana, tratos culturais e colheita¹³.

São essas inovações técnicas e a escala dos capitais exigida, sob enorme estímulo estatal, que vão impulsionando a produção mineira para deslocar-se, a partir dos anos 70, para as regiões do centro-sul do estado (municípios de Passos, Três Pontas, Monte Belo, Lagoa da Prata) e para o Triângulo Mineiro (Conquista, Iturama, Uberaba, Tupaciguara), configurando-se novos pólos mais avançados e concentrados de produção agro-industrial. Enquanto isso, as áreas da Mata como Rio Branco e Ponte Nova, assim como a região de Bocaiúva, situada ao norte do estado, têm grandes dificuldades de modernizar-se mais aceleradamente e dependem de contínuos empréstimos estatais. Ainda assim, na década de 80, a usina de Rio Branco expande-se para outras áreas da região, tornando-se proprietária da usina Paraíso em Astolfo Dutra e ampliando seus plantios para Ubá, Miracema, Guidoal, Divinésia, Rodeiro, D. Eusébia, Sobral Pinto, Piraúba e Guarani, congregando, entre seus 3.400 trabalhadores, operários vindos de onze municípios vizinhos.

O trabalho rural nas usinas de açúcar: lutando por direitos de operários e pela entrada no mundo público

A instalação das centrais açucareiras ocorre num momento em que os proprietários agrícolas discutem a transição ao trabalho livre e desejam medidas de controle sobre a "vadiagem e os

¹³ ALVES, Francisco J.C. – *Modernização da Agricultura e Sindicalismo: a Luta dos Trabalhadores Assalariados da Região de Ribeirão Preto*. Campinas: Departamento de Economia, UNICAMP. Tese de Doutorado. 1991, mimeo.

desregramentos”, preocupam-se com a educação e a moralização do trabalho e pretendem a extensão do “*colonato*” à cana de açúcar, por assimilação às relações instituídas na cafeicultura paulista, que implicavam manter o núcleo familiar como base da produtividade agrícola. Nesse caso, o controle sobre o trabalho realizava-se a partir do acesso à moradia e ao plantio de subsistência, com a incorporação gratuita de outros membros da família à força de trabalho disponível. Significava ainda a manutenção de certos laços de paternalismo e reciprocidade como meio de controle, herdado das relações escravistas anteriores¹⁴.

Pesquisas desenvolvidas por historiadores mineiros acerca do período que vai dos primeiros anos do século XX a meados da década de 20 mostram, no que se refere ao trabalho rural, a preocupação dos proprietários com a eugenia (que deveria ser satisfeita com a imigração européia); a defesa do cooperativismo e do ensino agrícola para potenciar trabalho e produção; a exigência da educação e da moralização do trabalho. Além disso, artigos, leis e projetos sugerem a repressão à vadiagem, com a instituição de um sistema de prêmios e sanções (asilos, colônias de trabalho, prisões com trabalho), repressão ao alcoolismo e aos jogos de azar¹⁵. Também no campo, tratava-se de criar uma parafernália burguesa de procedimentos persuasivos e coercitivos para enquadrar trabalhadores recém libertos e brancos pobres na sociedade do trabalho.

Mas, encerradas no universo privado das fazendas, ao longo dos anos 30 e 40 já surgem formas de resistência ao rebaixamento dos salários nas conjunturas de crise da lavoura canavieira e iniciativas de organização sindical, que culminam com a criação do primeiro sindicato de trabalhadores rurais do país, justamente entre os canavieiros de Campos, no Rio de Janeiro, em 1932¹⁶. O que move esses movimentos localizados é o sentimento de dignidade e moralidade do trabalho, face às situações de aviltamento dos contratos e acordos acerca do preço e das condições de trabalho. São exemplo disso os sistemáticos reclamos quanto às condições de cessão da moradia e as greves em torno de descontos não previstos, ou das perdas salariais impostas nos períodos de crise do açúcar.

¹⁴ STOLCKE, Verena – *Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986, e também GENOVESE, Eugene – *A Terra Prometida. O mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 1ª parte, pela semelhança entre os processos de subordinação no sul dos Estados Unidos e a experiência brasileira.

¹⁵ DUTRA, Eliana Regina F. República e Trabalho no Registro da Burguesia. *Revista do Departamento de História*, nº 10, Belo Horizonte, UFMG, 1990 e FARIA FILHO, Luciano. A república do trabalho: a formação do trabalhador-cidadão em Minas Gerais no alvorecer do século XX. *Ibidem*.

¹⁶ MEDEIROS, op.cit., cap. I.

A estrutura da fazenda e da produção possibilitava o encontro de dois mundos, o fabril e o agrícola, e os direitos dos trabalhadores expressavam o fato de que os da fábrica eram contemplados nas leis, mas não os das plantações. Aí residia o móvel da organização dos assalariados rurais de Campos nos anos 30 e muitos dos embates registrados nos anos 40. A tendência à "urbanização" do campo pode ser pensada tanto no que respeita aos impactos da forma organizacional da usina sobre o espaço físico dos municípios, quanto para o convívio entre mundos do trabalho que sempre são tomados em separado, com suas conseqüências políticas.

Por outro lado, transita-se da hegemonia das velhas oligarquias para a disputa entre políticos de extração pequeno burguesa (profissionais liberais e bacharéis) e os antigos coronéis. Após 1945, desenvolve-se nessas regiões o que alguns chamaram de "populismo municipal", que, em diferentes partidos, passa a elaborar um discurso e práticas políticas que pretendem levar em conta os trabalhadores. Prometem e efetuam melhorias nas condições de vida popular, com medidas de saneamento básico, infra-estrutura urbana, hospitais, bairros operários, etc., promovendo uma ação auto-reformadora e disciplinadora com vistas a debelar o conflito social que se aguçava e tendia a provocar polarizações eleitorais¹⁷. Também passa a ter importância a presença do Partido Comunista, intervindo nas diferentes frentes de luta dos trabalhadores rurais das regiões agro-industriais. Assim, em levantamento sobre as quinze maiores empresas, fábricas e usinas mineiras em 1956 com mais de 1.000 trabalhadores, o Partido Comunista listava a Sucrerie de Rio Branco em 10º lugar, com 1.500 operários, acima da siderurgia nascente em Itabira e da Usina Queiroz Jr., em Itabirito, além de importantes fábricas têxteis. As duas usinas de Ponte Nova apareciam entre as 27 empresas com mais de 500 operários estado¹⁸.

Nessas regiões mineiras ocorrem mudanças significativas no voto popular, deslocando representantes dos grandes proprietários e usineiros. É o caso da ascensão política de Jorge Carone, prefeito de Rio Branco pelo Partido Republicano, eleito em 1954 com expressiva votação jovem e operária. Responsável por medidas de urbanização e pela construção do bairro operário do Barreiro, destinado à abrigar os trabalhadores do açúcar, elegeu-se em seguida deputado estadual, em 1958, e prefeito de Belo Horizonte em 1962, sendo

¹⁷ LEÃO, Aniz José. Comportamento do eleitorado de Belo Horizonte nas eleições de 1962. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, UFMG, nº 16, 1964.

¹⁸ Secretaria Regional do Partido Comunista do Brasil. "Empresas, Fábricas e Usinas de Açúcar em Minas Gerais", Belo Horizonte, 1956, mimeo.

cassado pelos militares no período pós-64. Com perfis de corte populista semelhante, consolidaram-se políticos como Sette de Barros, prefeito de Ponte Nova pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e José Pires da Luz, prefeito de Ubá, pelo Partido Social Democrata (PSD), todos no mesmo período dos anos 50. Nessa conjuntura peculiar ocorrem expressivas greves nos campos de cana, refletindo as mudanças em curso na forma de organização e exploração do trabalho, mencionadas anteriormente.

Após o golpe de 64, enquanto os meios institucionais de luta política são desarticulados, outras formas de luta preexistentes continuam a se desenvolver. Nas décadas de 60 e 70, marcadas pela expulsão dos moradores nas fazendas, os trabalhadores rurais buscam efetivar direitos nos tribunais do trabalho, em geral em ações individuais, que se avolumam em todo o país. Expande-se o modelo da grande produção centrada em cana própria das fazendas da usina, em tecnologia que se modifica cada vez mais na direção da menor dependência dos fatores naturais e da habilidade do trabalhador. Habitando fora das fazendas e a descoberto dos direitos trabalhistas, o trabalho assalariado rural baseia-se então no uso generalizado do emprego temporário e da migração, cujo exemplo maior é a figura do "bóia-fria", atestando a enorme desvalorização social do operário no campo.

No entanto, as transformações na Igreja Católica desde 1968 geram novos espaços de participação e politização popular, na cidade e no campo, o que ocorre também na Zona da Mata mineira. Se antes a região se caracterizava por um catolicismo muito conservador, em certas dioceses, como a de Leopoldina e a de Caratinga, introduz-se agora o discurso das Comunidades Eclesiais de Base e da Teologia da Libertação. Ele desemboca em formas de organização popular que vão gerar associações de moradores, concepções novas de solidariedade e convivência e uma rede de sindicatos que constróem uma outra prática trabalhista e política na região, congregando cerca de quinze municípios canavieiros e cafeeiros. Sua atividade baseia-se em ideais cristãos radicais e igualitários, na crítica à acomodação sindical, na formação de lideranças políticas populares provenientes do mundo do trabalho assalariado ou dos pequenos produtores camponeses.

Esse movimento começa a expressar-se eleitoralmente, lançando candidatos a vereador e à deputado estadual, originários do movimento sindical, e talvez seu ápice seja a vitória generalizada do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, na região, nos dois turnos da eleição presidencial de 1989. Desde meados dos anos 80, difun-

dem-se também os movimentos grevistas no campo, englobando regiões inteiras unificadas pelas plantações de uma mesma empresa, ou por campanhas salariais conjuntas, conduzidas por um sindicalismo renovado. Isto ocorre em Rio Branco durante vinte dias da entressafra da cana, em fevereiro de 1986, às vésperas do Plano Cruzado, paralisando 1.500 trabalhadores por aumento salarial e correção trimestral dos salários, entre outras reivindicações¹⁹.

A partir de 1989, a transformação política em curso sofre o impacto da desarticulação do mundo do trabalho, com as mudanças operadas durante o governo Collor de Mello. Nas regiões canavieiras, a passagem às formas desregulamentadas de produção e mercado aponta para o desmonte do modelo em vigor desde os anos 30 e para a falência das usinas mais antigas, de padrão produtivo ultrapassado. As formas de politização e organização gestadas na década anterior defrontam-se com condições pioradas de trabalho e um contexto de dispersão política, assinalando nova fase na experiência política desse segmento de classe operária rural.

Pode-se concluir, portanto, que a trajetória do complexo açucareiro que se constitui na Mata mineira após a expansão cafeeira, está longe de significar apenas a regressão à economia de subsistência e à pecuarização. Trata-se de uma das alternativas possíveis de continuidade da modernização também no campo, combinando relações burguesas e oligárquicas, o espaço fabril e o agrícola, a fronteira e a imbricação entre o urbano e o rural. Pode-se perceber aqui as mudanças no perfil de um importante segmento agroindustrial do país ao longo do século XX, assim como as possibilidades e impasses políticos que se criavam a partir do mundo do trabalho operário também nessas áreas agroindustriais.

¹⁹ Vide a pauta completa in GOMES, Nilcéa M., op.cit., Anexos.